



EMENDA N° - CCJ

(ao PL nº 2.878, de 2019)

Insere o §4º e o §5º ao Art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Insere-se o §4º e o §5º ao art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§4º Aos órgãos públicos competentes para tutelar os direitos previstos no §1º que tenham dificuldades em efetivar a determinação contida no art. 98, §1º do ADCT serão destinados 7,5% dos recursos arrecadados pelo FDD, até o efetivo cumprimento da determinação legal, desde que apresentem projetos de expansão fundamentados na economicidade e sustentabilidade. (NR)

§5º Aos órgãos de segurança pública competentes para viabilizar o efetivo cumprimento de decisões administrativas e judiciais que disponham sobre danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, serão destinados 7,5% dos recursos arrecadados pelo FDC. “ (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Urge a necessidade de destinar parte dos recursos oriundos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) aos órgãos de segurança pública com atribuições para a



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO

efetiva execução de decisões administrativas e/ou judiciais que, porventura, disponham sobre danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, infração à ordem econômica e outros interesses difusos e coletivos, em razão da própria essencialidade do serviço.

Isto porque - não obstante a expressiva relevância das atividades prestadas pelas defensorias públicas no que tange à promoção e fomento dos direitos difusos e coletivos - incumbe aos mencionados órgãos de segurança pública o adequado e real cumprimento de sentenças, por exemplo, que determinam medidas como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, impedimento de atividades nocivas, dentre outras, tudo com vistas a garantir a tutela dos direitos de caráter difuso e transindividuais, razão pela qual se justifica a destinação de 7,5% das receitas provenientes do FDD.

Diante de tais argumentos, solicita apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

SENADOR FLÁVIO BOLSONARO
PL/RJ